

APP-Sindicato: Av. Iguaçu, 880 - Rebouças - Curitiba - Paraná - CEP 80.230-020 - Fone: (41) 3026-9822 / Fax: (41) 3222-5261 | Site: www.appindicato.org.br | Facebook: @appindicato
Presidente: Hermes Silva Leão | Secretário de Comunicação: Luiz Fernando Rodrigues | Secretário Executivo de Comunicação: Claudinei Pereira | Jornalistas: Fabiane Burmester (4305-PR), Gelinton Batista (8027-PR) e Uanilla Pivetta (8071-PR). Diagramador: Rodrigo Romani (7756-PR) | Técnica em atendimento (fale conosco): Valdirene de Souza | Edição de vídeos: Luan Pablo Romero de Souza

Nº 1202

16 de setembro de 2020

Professores(as) e funcionários(as) da educação decidem que não retornarão com aulas presenciais em 2020

Em assembleia on-line no sábado (12), categoria deliberou por greve em defesa da vida caso governo decida pela volta às aulas presenciais durante a pandemia

Em assembleia on-line da APP-Sindicato, na manhã do último sábado (12), professores(as) e funcionários(as) de escola da rede estadual e das redes de 209 municípios do Paraná aprovaram a realização de “greve em defesa da vida”, contra a retomada das aulas presenciais durante a pandemia do novo coronavírus.

O presidente da APP-Sindicato, professor Hermes Silva Leão, explica que a paralisação será desencadeada caso o governo decida pelo retorno das aulas nas escolas em 2020. “A categoria está mobilizada e não aceitará qualquer imposição que coloque em risco à vida tanto dos estudantes e seus familiares, quanto dos profissionais que trabalham nas escolas”, disse.

Os(as) educadores(as) também deliberaram ações relacionadas com as condições de trabalho e ataques aos direitos dos(as) servidores(as) públicos(as). “Aprovamos um calendário de mobilizações para reforçar nossa resistência, especialmente neste momento complexo em que os governos têm promovido uma política de precarização da educação pública e de retirada de direitos da nossa categoria”, relatou a secretária de Finanças da APP-Sindicato, professora Walkiria Olegário Mazeto.

Assembleia on-line

É a primeira vez que a APP-Sindicato realiza uma assembleia através da internet. A direção estadual do Sindicato deliberou pela organização da atividade desta forma para assegurar a participação de todos(as) com segurança, considerando as normas de prevenção contra a Covid-19, que impedem a aglomeração de pessoas.

“Realizar a assembleia de forma on-line foi um grande desafio, por conta da situação que



Foto: divulgação

É a primeira vez que a APP-Sindicato realiza uma assembleia através da internet.

“Realizar a assembleia de forma on-line foi um grande desafio, por conta da situação que estamos vivendo, sem poder fazer aglomerações. Apesar disso, assim como todas as lutas que enfrentamos, conseguimos organizar essa atividade com muito sucesso, garantindo a participação de toda a categoria no processo de construção e decisão da luta coletiva”

estamos vivendo, sem poder fazer aglomerações. Apesar disso, assim como todas as lutas que enfrentamos, conseguimos organizar essa atividade com muito sucesso, garantindo a participação de toda a categoria no processo de construção e decisão da luta coletiva”, avaliou a secretária Geral da APP-Sindicato, professora Vanda do Pilar Santana.

Mais de 2,7 mil profissionais que trabalham na educação pública do Paraná se cadastraram para participar da atividade. Os debates e as votações aconteceram através da plataforma de videoconferência Zoom.

Apenas os(as) integrantes da mesa de trabalho, dois(duas) tradutores(as) de libras e uma equipe técnica reduzida se reuniram de forma presencial na sede do Sindicato, em Curitiba, cumprindo regras de distanciamento social, uso de máscara de proteção facial e higienização com álcool em gel.

Projeto do governador Ratinho autoriza uso de recursos da educação em militarização de escolas públicas

A militarização não é a solução para os problemas das escolas públicas do Paraná. A afirmação é do presidente da APP-Sindicato, professor Hermes Silva Leão, ao comentar o projeto de lei do governador Ratinho Junior, que dispõe sobre a criação do Programa Colégios Cívico-Militares do Paraná para instituições de ensino da Rede Estadual de Educação Básica. O texto foi lido nesta segunda-feira (14), no plenário da Assembleia Legislativa do Paraná (Alep).

As instituições de ensino selecionadas funcionarão em regime de cooperação, por meio de termo de cooperação técnica, entre a Secretaria de Estado da Educação e do Esporte (Seed) e a Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná. Na prática, a proposta autoriza o uso de recursos da educação para o modelo de militarização de escolas públicas, criando poucas escolas de excelência na rede estadual.

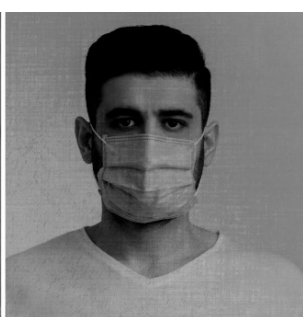
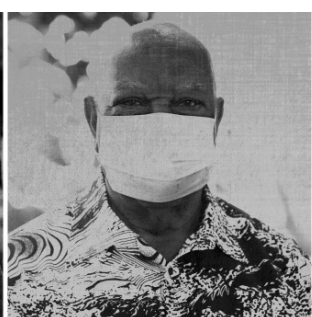
Para o dirigente, as dificuldades das escolas públicas devem ser enfrentadas por um debate completo de ampliação dos recursos financeiros para as escolas, aumento do porte, valorização de professores(as), funcionários(as) e da integração do trabalho administrativo e pedagógico das direções das escolas e de um diálogo permanente com os(as) estudantes e familiares.

“Estamos cobrando a formação e a implementação de direitos, como promoções e progressões, a não terceirização dos funcionários de escola e a realização de concursos públicos, pois entendemos que isso que faz a diferença no processo de qualidade de ensino e aprendizagem, e não uma pedagogia que impõe o debate da segurança no lugar do processo educacional. Estamos orientando os nossos núcleos sindicais a organizarem debates com as escolas e comunidade escolar e fazermos toda a luta contrária a aprovação deste projeto de lei”, disse o presidente do Sindicato.

De acordo com o projeto, a proposta é implantar os colégios cívico-militares em municípios com mais de 10 mil habitantes que dispõem de, no mínimo, dois colégios estaduais que ofertam ensino fundamental e médio regular, situados na zona urbana.



#ESCOLAPÚBLICAUEDEFENDO



SE O GOVERNO CONVOCAR, A GENTE PARA!

GREVE EM DEFESA DA VIDA
E CONTRA O RETORNO ÀS AULAS
PRESENCIAIS NA PANDEMIA.



APP
SINDICATO
DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PARANÁ
CUT CN 3